



Evento	Salão UFRGS 2022: XVIII SALÃO DE ENSINO DA UFRGS
Ano	2022
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	O direito a educação básica: estudo das produções acadêmicas
Autor	GISELDA SIQUEIRA DA SILVA SCHNEIDER
Orientador	ELISETE ENIR BERNARDI GARCIA

RESUMO: O presente relato integra a investigação em andamento, pertencente ao Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Campus Litoral Norte - UFRGS. No Brasil, observa-se que para concretização do direito à educação, além da legislação infraconstitucional (função/poder legislativo) e das políticas públicas (função/poder executivo), são interpostos processos judiciais buscando a sua garantia e efetividade. Com isso, objetiva-se compreender como as pesquisas sobre a judicialização da educação analisam a questão do direito à Educação Básica, o que passa por: mapear as pesquisas de pós-graduação nos repositórios digitais no período de 2013 a 2022 no tema da judicialização da Educação Básica; e analisar como as pesquisas de pós-graduação dos repositórios digitais no período de 2013 a 2022 abordaram a judicialização da Educação Básica. Justifica-se, ante o crescimento de produções científicas acerca da “judicialização da educação”, considerando que a partir da Constituição Federal de 1988 inaugurou-se no Poder Judiciário uma nova relação com a educação, o que se vislumbra através de ações judiciais buscando a sua garantia e efetividade. Procede-se à investigação pela abordagem qualitativa, de natureza básica, pela pesquisa exploratória, utilizando como procedimento de pesquisa o levantamento bibliográfico. Conclui-se inicialmente que a produção acerca do tema tem despertado os interesses de pesquisas principalmente nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, nos Cursos de Mestrado e Doutorado, principalmente em Educação e Políticas Públicas. Ademais, analisar tal produção acadêmica no campo das Políticas Públicas Educacionais referentes à judicialização da Educação Básica parece fundamental para compreender o funcionamento do Estado em suas funções – Executiva, Legislativa e Judiciária –, bem como a importância do sistema de justiça e seus reflexos no tocante à exigibilidade do direito à educação nas suas variadas matizes.

PALAVRAS-CHAVE: Judicialização; Educação Básica; Direito.